

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. **1. Conjuntura econômica:** Ao final de 2019, a economia brasileira apresentava sinais de retomada de crescimento. Ao longo do ano, diversos impactos – evento Brumadinho, crise na Argentina, desaceleração global – prejudicaram um processo mais firme de recuperação. Fatores pontuais impulsionaram o crescimento no segundo semestre, com destaque para a liberação dos saques do FGTS/PIS, que, ao lado de uma melhoria das condições financeiras, favoreceram a expansão do crédito e incrementaram o consumo das famílias. Os investimentos também ganharam força no período, beneficiados pela elevação da confiança dos empresários, que se seguiu à aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas com reformas focadas no endereçamento do quadro fiscal brasileiro. Com essa recuperação relativa, a economia, que iniciou 2019 em ritmo lento, deve encerrar o ano com uma expansão do PIB entre 1,0% e 1,2%. O ano de 2019 deixou também heranças positivas que devem contribuir para um ambiente mais favorável à sustentação do crescimento. A expectativa é que a inflação em 2020, medida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), seja menor do que a de 2019, que foi afetada por diversos choques de preços no final do ano, cujos efeitos devem arrefecer ao longo de 2020. A taxa básica de juros da economia (Selic) recuou de 6,5% no início do período para 4,5% em dezembro/2019, refletindo o quadro de inflação mais confortável e o crescimento econômico moderado. Houve uma mudança importante no padrão de crescimento da economia brasileira em 2019. De uma expansão comandada por gastos públicos e crédito oficial, conforme visto em retomadas anteriores, passou-se para um crescimento dirigido pelos investimentos privados e pelo consumo das famílias. Esse comportamento, mais saudável e sustentável se comparado a ciclos anteriores, elevou as expectativas para o crescimento do PIB em 2020, denotando um ambiente mais positivo para o ano.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2019	2018	%
Prêmios emitidos	3.520,6	3.646,2	-3,4%
Prêmios ganhos	3.584,2	3.547,5	1,0%
Sinistros ocorridos	(2.142,9)	(2.087,3)	-2,7%
Custos de aquisição	(718,3)	(696,8)	-3,1%
Margem bruta	723,0	763,4	-5,3%
Despesas administrativas	(594,1)	(620,4)	4,2%
Resultado patrimonial	826,7	638,4	29,5%
Resultado antes dos impostos e participações	915,1	780,6	17,2%
Lucro líquido	937,3	751,2	24,8%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2019, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,5 bilhões, 3,4% menor do que a receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,1 bilhões, 2,7% acima do número apresentado em 2018. Os custos de aquisição somaram R\$718,3 milhões, 3,1% maiores na comparação com o ano anterior. O lucro líquido no ano alcançou R\$937,3 milhões, com crescimento de 24,8% em relação a 2018, impulsionado também por menores despesas administrativas, que apresentaram redução de 4,2% em relação ao ano anterior, além de uma evolução de 29,5% no resultado patrimonial. **4. Reorganizações societárias:** Em 23 de agosto

de 2019, a controladora Sul América S.A. ("SASA") divulgou fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou contrato para a venda de suas operações de automóveis e outros ramos elementares para a Allianz Seguros S.A. ("Allianz"), pelo valor fixado de R\$3 bilhões, com base em um patrimônio líquido de R\$700 milhões, na recém-formada companhia que será estruturada para o propósito da transação, sujeitos a mecanismo de ajustes de preço comuns em transações similares. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato. Com essa transação, a SASA reforça seu posicionamento estratégico concentrado nos segmentos de Saúde, Odontologia, Vida, Previdência, além da relevante operação de Gestão de Ativos. Em 31 de dezembro de 2019, a conclusão da transação estava pendente, aguardando o cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato. **5. Investimentos:** Em 31/12/2019, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) no montante de R\$4.333,1 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

7. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	915,1	780,6
(-) Impostos e contribuições	46,4	(3,6)
(-) Participações	(24,2)	(25,8)
Lucro líquido do exercício	937,3	751,2
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(46,9)	(37,6)
Lucro líquido ajustado	890,4	713,6
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	222,6	178,4
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	32,8	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	189,8	178,4
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	48,2	51,1
Bruto	280,0	270,0
Imposto de renda	(42,0)	(40,5)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	577,6	443,6

8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020.

A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018		Notas	2018	
		2019	(Reapresentado)		2019	(Reapresentado)
Circulante		3.263.674	3.340.842		2.839.087	3.045.169
Disponível		21.672	25.072		383.885	489.667
Caixa e bancos		21.672	25.072		241.618	345.698
Aplicações	6.1	1.582.756	1.729.337		15.1	241.618
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.032.622	915.367		383.885	489.667
Prêmios a receber	7.1	1.026.222	902.966		85.991	82.725
Operações com seguradoras		5.566	8.245		18.208	17.728
Operações com resseguradoras	8.1	834	4.156		556	595
Outros créditos operacionais	10	81.183	100.758		6.401	7.166
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	10.622	15.139		31.111	35.755
Títulos e créditos a receber		103.787	126.081		105.681	104.659
Títulos e créditos a receber		44.182	40.812		4.499	3.170
Créditos tributários e previdenciários	9.1	30.397	59.783		10.196	11.553
Outros créditos	20.1	29.208	25.486		8.1	7.030
Outros valores e bens	11	62.128	61.519		74.220	62.006
Bens a venda		42.575	44.843		13.989	20.900
Outros valores		19.553	16.676		17	7.962
Despesas antecipadas	12	354.445	356.953		2.328.966	2.425.559
Seguros		354.445	356.953		2.327.237	2.423.626
Ativo não circulante		6.868.489	5.970.058		18.1	1.729
Realizável a longo prazo		2.445.550	2.038.741		18.1	1.933
Aplicações	6.1	7.994	7.573		-	6.345
Créditos das operações com seguros e resseguros		125	200		6.345	9.850
Prêmios a receber	7.1	1	2		21.2	6.345
Operações com resseguradoras	8.1	124	198		-	7.472
Outros créditos operacionais	10	1.264.167	905.787		864.678	888.504
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	2.018	2.940		377.932	375.755
Títulos e créditos a receber		1.166.591	1.117.014		377.932	375.755
Títulos e créditos a receber		701	-		15.1	374.189
Créditos tributários e previdenciários	9.1	278.550	229.694		-	454
Depósitos judiciais e fiscais	21.1	886.531	887.320		15.2	3.743
Outros valores e bens	11	3.096	2.829		212.042	217.796
Despesas antecipadas		213	1.687		18.1	211.598
Seguros		213	1.687		18.1	211.598
Custos de aquisição diferidos	12	1.346	711		18.1	444
Seguros		1.346	711		18.1	444
Investimentos		4.334.138	3.840.839		269.101	281.878
Participações societárias	13	4.333.109	3.839.618		21.2	269.101
Imóveis destinados a renda		653	860		-	5.603
Outros investimentos		376	361		-	13.075
Imobilizado		10.856	14.115		6.428.398	5.377.227
Imóveis de uso próprio		39	39		22.1	2.612.726
Bens móveis		6.659	7.962		-	626.222
Outras imobilizações		4.158	6.114		-	(24.955)
Intangível	14	77.945	76.363		3.211.359	2.786.894
Outros intangíveis		77.945	76.363		-	3.046
Total do ativo		10.132.163	9.310.900		10.132.163	9.310.900
Passivo						
Passivo circulante						
Contas a pagar						
Obrigações a pagar	15.1	241.618	345.698			
Impostos e encargos sociais a recolher		85.991	82.725			
Encargos trabalhistas		18.208	17.728			
Empréstimos e financiamentos		556	595			
Impostos e contribuições		6.401	7.166			
Outras contas a pagar	15.2	31.111	35.755			
Operações com resseguradoras		105.681	104.659			
Prêmios a restituir		4.499	3.170			
Operações com seguradoras		10.196	11.553			
Operações com resseguradoras	8.1	2.777	7.030			
Corretores de seguros e resseguros	16.1	74.220	62.006			
Outros débitos operacionais		13.989	20.900			
Depósitos de terceiros	17	6.738	7.962			
Provisões técnicas - seguros		2.328.966	2.425.559			
Danos	18.1	2.327.237	2.423.626			
Pessoas	18.1	1.729	1.933			
Outros débitos		6.345	9.850			
Provisões judiciais	21.2	6.345	9.850			
Débitos diversos		7.472	7.472			
Passivo não circulante		864.678	888.504			
Contas a pagar		377.932	375.755			
Obrigações a pagar	15.1	374.189	370.833			
Empréstimos e financiamentos		-	454			
Outras contas a pagar	15.2	3.743	4.468			
Provisões técnicas - seguros		212.042	217.796			
Danos	18.1	211.598	217.016			
Pessoas	18.1	444	780			
Outros débitos		269.101	281.878			
Provisões judiciais	21.2	269.101	281.878			
Débitos diversos		5.603	13.075			
Patrimônio líquido		6.428.398	5.377.227			
Capital social	22.1	2.612.726	2.612.726			
Aumento de capital em aprovação		626.222	-			
Reservas de capital		(24.955)	(24.955)			
Reservas de lucros		3.211.359	2.786.894			
Ajustes de avaliação patrimonial		3.046	2.562			
Total do passivo		10.132.163	9.310.900			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Prêmios emitidos	-	3.520.553	3.646.195
Variações das provisões técnicas de prêmios		63.680	(98.743)
Prêmios ganhos	23.1	3.584.233	3.547.452
Sinistros ocorridos	23.2	(2.142.938)	(2.087.267)
Custos de aquisição	23.3	(718.265)	(696.773)
Outras receitas e despesas operacionais	23.4	(128.215)	(94.735)
Resultado com operações de resseguro	23.5	(2.642)	(5.282)
Operações com resseguradoras		4.518	5.959
Despesa com resseguro		(7.045)	(11.111)
Outros resultados com resseguro		(115)	(130)
Despesas administrativas	23.6	(594.089)	(620.366)
Despesas com tributos	23.7	(76.154)	(81.762)
Resultado financeiro	23.8	166.446	179.464
Resultado patrimonial	13	826.721	638.372
Resultado operacional	-	915.097	779.103
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	37	1.454
Resultado antes dos impostos e participações		915.134	780.557
Imposto de renda	23.9	28.700	(23)
Contribuição social	23.9	17.661	(3.597)
Participações sobre o resultado	-	(24.181)	(25.756)
Lucro líquido do exercício		937.314	751.181
Quantidade de ações		514	477
Lucro líquido por ação		1.823,57	1.574,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Lucro líquido do exercício		937.314	751.181
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	24	(6.045)	(2.080)
Efeitos fiscais	24	2.419	832
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	24	10.954	1.475
Efeitos fiscais	24	(4.382)	(532)
Ganhos de variação de participação acionária	13	544	325
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	13	(3.006)	5.336
Componentes do resultado abrangente		484	5.356
Resultado abrangente do exercício			

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

continuação

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)		
Descrição	2019	2018
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	937.314	751.181
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	25.960	19.662
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(355)	–
Resultado de equivalência patrimonial	(819.183)	(630.765)
Outros ajustes	(5.627)	(9.962)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	153.278	118.432
Créditos das operações de seguros e resseguros	(117.180)	(34.507)
Ativos de resseguro	5.439	(1.029)
Créditos fiscais e previdenciários	(14.238)	(33.135)
Depósitos judiciais e fiscais	31.880	90.491
Despesas antecipadas	(2.369)	(51)
Custos de aquisição diferidos	1.873	(29.583)
Outros ativos	(315.797)	(119.258)
Outras contas a pagar	(51.830)	44.942
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.022	16.030
Depósitos de terceiros	(1.224)	(1.364)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(102.347)	127.902
Provisões judiciais	(41.659)	(65.281)
Outros passivos	(7.472)	(7.473)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	(322.515)	236.232
Juros pagos	(89)	(143)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	290.218	–
Impostos sobre o lucro pagos	(13.228)	(80.551)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(45.614)	155.538
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	–	2.528
Imobilizado	528	145
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(2.971)	(178)
Intangível	(20.916)	(29.624)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(23.359)	(27.129)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	150.116	–
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(83.992)	(126.133)
Aquisição de empréstimos	–	1.650
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(551)	(602)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	65.573	(125.085)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(3.400)	3.324
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.072	21.748
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.672	25.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A. (SASA) com 49,03% de participação direta e 50,97% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,82% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,63% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 21/02/2020, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). 1.1. **Alienação da carteira de Auto e Ramos Elementares:** Em 23 de agosto de 2019, a controladora SASA divulgou aos seus acionistas e o mercado em geral que celebrou contrato para a venda das suas operações de automóveis e outros ramos elementares da Companhia, pelo valor de R\$3 bilhões, com base em um patrimônio líquido de R\$700 milhões, em uma recém-formada companhia que será estruturada para o propósito da transação, sujeitos a mecanismo de ajustes de preço comuns em transações similares. Em 23 de outubro de 2019, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a venda da operação de automóveis e ramos elementares, permanecendo ainda pendente de conclusão as demais condições previstas no contrato, como a criação de uma seguradora independente, a aprovação prévia da SUSEP, entre outras. Em 30 de outubro de 2019 a SUSEP previamente autorizou a reorganização societária estruturada para alienação da carteira de automóveis e outros ramos elementares que engloba: (i) a transformação da Sul América Participações e Investimentos em uma seguradora (nova seguradora), (ii) a cisão da Companhia e (iii) a transferência do acervo líquido da cisão da Companhia para a Sul América Participações e Investimentos (nova seguradora). Em 10 de janeiro de 2020 a SUSEP publicou a portaria de homologação do ato societário de transformação da Sul América Participações e Investimentos S.A. em seguradora e de alteração da sua razão social para Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A., e que em 31/12/2019 a transação de venda ainda não foi concluída, pois algumas das condições precedentes ainda não foram cumpridas. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 20/02/2020. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. **Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, sendo registrados contabilmente dentro do regime de competência; • As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente aloáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). 3.1.2. **Balanco patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurados a valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. **Disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados a valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas

em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Bens à venda:** A Companhia possui ativos que são mantidos à venda, decorrente de um evento de sinistro, denominados de salvados. Esses ativos são transferidos para a Companhia quando os segurados são indenizados e quando ocorrem efetivamente as recuperações dos ativos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e são apresentados no ativo circulante. Os bens salvados que ainda não estão disponíveis para venda são mantidos no ativo não circulante, conforme normativo da SUSEP. 3.4. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. 3.5. **Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Participações societárias:** Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.7. **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 6 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: 3.9.1. **Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de seguros de Danos e de Pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de Danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. 3.9.3. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** **Processo administrativo:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional, podendo ser negativo ou positivo, calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), conforme descrito na nota 3.9.4. **Processos judiciais:** PSL relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a PSL leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,74% ao ano (10,59% em 2018), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.9.4. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** **Processo administrativo:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica da Companhia. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de Danos e Pessoas a provisão de IBNR Judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. 3.9.5. **Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. 3.10. **Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas insuficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Se utilizada a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) apurada pela SUSEP, o teste de adequação de passivos também apontaria a adequação das provisões, e portanto não haveria necessidade de constituição da PCC. 3.11. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros

oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. 3.11.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% ao ano em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.11.2. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Contas a pagar". Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.12. **Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.13. **Plano de incentivos baseado em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito à bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2). 3.14. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.15. **Classificação dos contratos:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. 3.16. **Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para saldos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), na rubrica "Outros créditos operacionais", a segregação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa de recebimento destes saldos, tomando como base para o reconhecimento no ativo circulante o montante de processos protocolados que atendem aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 448/2019 editada pelo CFCFVS, e que a Companhia tem a expectativa de recebimento em até doze meses. As provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso da conta de "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. Já para a conta de "Salvados e ressarcimentos", alguns itens são classificados no não circulante pelo fato de ainda não estarem aptos à venda. Sendo assim, os salvados que podem ser vendidos imediatamente, são classificados no ativo circulante. 3.17. **Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 9); • Outros créditos operacionais (nota 10); • Custos de aquisição diferidos (nota 12); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 18); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2). 3.18. **Normas emitidas e revisadas:** 3.18.1. **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** **Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP; • A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019: • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil. A SUSEP ainda não aprovou este normativo, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Alterações ao CPC 18 – Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS). Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização. Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Alterações ao IAS 19 (CPC33 R1) – Os planos de benefícios a empregados da SulAmérica não tiveram alteração, redução ou liquidação. Dessa forma a alteração do IAS 19 não tem efeito para a SulAmérica; • Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que a seguinte normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 17 – Contratos de seguros – A SUSEP ainda não aprovou este normativo, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios) – Em vigor a partir de 01/01/2020; • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2020; e • Alteração da estrutura conceitual – Em vigor a partir de 01/01/2020. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. 3.19. Circular SUSEP nº 575 de 17 de agosto de 2018: A SUSEP emitiu em 17 de agosto de 2018 a Circular nº 575 cujo principal impacto nas demonstrações financeiras foi o reconhecimento e mensuração dos salvados estimados na rubrica "Outros valores" no Ativo circulante, conforme o artigo 155 § 2º. Esses valores estavam reconhecidos originalmente na rubrica "Provisões técnicas-seguros" no Passivo circulante, nas demonstrações financeiras de 2018, publicadas em 27/02/2019. Os valores referentes às reclassificações estão apresentadas abaixo:

Ativo	2018		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
Aplicações	1.736.910	-	1.736.910
Créditos das operações com seguros e resseguros	915.567	-	915.567
Outros valores e bens	47.672	16.676	64.348
Bens a venda	47.672	-	47.672
Outros valores	-	16.676	16.676
Investimentos, Imobilizado e Intangível	3.931.317	-	3.931.317
Outros	2.662.758	-	2.662.758
Total	9.294.224	16.676	9.310.900

Passivo	2018		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
Contas a pagar	865.422	-	865.422
Provisões técnicas - seguros	2.626.679	16.676	2.643.355
Danos	2.623.966	16.676	2.640.642
Pessoas	2.713	-	2.713
Patrimônio líquido	5.377.227	-	5.377.227
Outros	424.896	-	424.896
Total	9.294.224	16.676	9.310.900

4. **Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o

alcançe dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao

Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. 4.1. **Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra-se especificamente na região sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2019, a Companhia registrou um total de prêmios emitidos de R\$3.520.553 (R\$3.646.195 em 2018), compreendidas nas seguintes proporções:

Ramos	2019				2018							
	Sudeste	Norte	deste	Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	deste	Oeste	Sul	Total
Automóvel	59,66%	2,66%	12,92%	5,73%	19,03%	100,00%	61,99%	2,20%	12,03%	5,36%	18,42%	100,00%
Condominial	56,77%	1,77%	12,57%	9,65%	19,24%	100,00%	57,06%	2,03%	10,44%	9,26%	21,21%	100,00%
Empresarial	54,22%	1,25%	9,17%	3,85%	31,51%	100,00%	57,11%	1,08%	9,38%	4,18%	28,25%	100,00%
Patrimonial												
demais	61,08%	2,63%	13,86%	5,64%	16,79%	100,00%	63,55%	2,15%	12,67%	5,14%	16,49%	100,00%
Residencial	36,97%	0,70%	6,46%	2,77%	53,10%	100,00%	36,11%	0,68%	8,23%	2,86%	52,12%	100,00%
Vida em grupo	57,79%	0,99%	14,21%	2,77%	24,24%	100,00%	56,00%	1,26%	11,91%	3,96%	26,87%	100,00%
Outros	58,10%	1,87%	19,74%	4,47%	15,82%	100,00%	57,05%	2,16%	17,05%	5,86%	17,88%	100,00%

4.2. **Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Os seguros de Danos têm seus riscos de precificação associados a desvios das premissas utilizadas no momento da subscrição das apólices, sendo estas revisadas de forma contínua no processo de renovação e subscrição de novas apólices. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. 4.2.1. **Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem com pareceristas, deste processo, as áreas: atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização de rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em danos:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de danos, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

Premissas	Automóveis e massificados				Outros ramos elementares			
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(106.524)	(63.915)	(106.331)	(63.799)	(186)	(112)	(504)	(302)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(24.742)	(14.845)	(24.742)	(14.845)	(989)	(594)	(989)	(594)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(38.511)	(23.107)	(38.511)	(23.107)	(66)	(40)	(66)	(40)
Redução de 5% na sinistralidade	106.524	63.915	106.331	63.799	186	112	504	302
Redução de 5% nas despesas administrativas	24.742	14.845	24.742	14.845	989	594	989	594
Redução de 5% nos custos de comercialização	38.511	23.107	38.511	23.107	66	40	66	40

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução).

Premissas	Automóveis e massificados				Outros ramos elementares			
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(103.690)	(57.030)	(103.897)	(57.143)	(213)	(117)	(193)	(106)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(23.043)	(12.674)	(23.043)	(12.674)	(3.043)	(1.674)	(3.043)	(1.674)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(37.064)	(20.385)	(37.064)	(20.385)	(102)	(56)	(102)	(56)
Redução de 5% na sinistralidade	103.690	57.030	103.897	57.143	213	117	193	106
Redução de 5% nas despesas administrativas	23.043	12.674	23.043	12.674	3.043	1.674	3.043	1.674
Redução de 5% nos custos de comercialização	37.064	20.385	37.064	20.385	102	56	102	56

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). 4.2.2. **Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	RS milhões									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Provisão de sinistros contabilizada	544,03	614,55	519,00	660,89	724,84	548,03	466,67	417,25	380,06	379,25
Efeito do desconto financeiro	(16,36)	(22,6)	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	(6,93)	(6,28)	(4,82)	(4,27)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52
Um ano depois	616,24	576,68	537,98	637,03	669,58	574,08	457,57	377,06	360,92	-
Dois anos depois	604,69	633,16	554,72	644,10	705,52	572,67	434,98	366,35	-	-
Três anos depois	603,98	630,20	570,67	696,20	719,68	559,61	417,01	-	-	-
Quatro anos depois	599,09	621,72	586,42	713,19	714,95	545,86	-	-	-	-
Cinco anos depois	609,47	663,68	607,07	711,74	686,71	-	-	-	-	-
Seis anos depois	656,24	686,80	608,12	683,42	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	679,19	687,86	586,20	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	680,58	669,85	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	663,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos depois	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2019	663,09	669,85	586,20	683,42	686,71	545,86	417,01	366,35	360,92	383,52
Pagamentos já realizados até 31/12/2019	656,41	663,16	579,52	676,73	680,02	535,98	401,15	340,40	321,15	-
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2019	6,68	6,69	6,68	6,69	6,69	9,88	15,86	25,95	39,77	383,52

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2019, R\$5,8 milhões (R\$5,3 milhões em 2018) de ULAE e R\$7,3 milhões (R\$9,3 milhões em 2018) de retrocessão. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela anterior. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	RS milhões									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Provisão de sinistros contabilizada	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	262,26
Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	262,26
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	262,26
Um ano depois	430,16	367,97	345,15	378,40	408,79	254,30	245,15	292,70	343,22	-
Dois anos depois	401,05	395,53	381,26	419,59	480,59	285,93	310,11	325,72	-	-
Três anos depois	425,48	435,24	406,90	450,54	507,43	336,36	341,33	-	-	-
Quatro anos depois	458,70	455,48	446,05	477,69	559,39	360,30	-	-	-	-
Cinco anos depois	472,09	510,36	468,12	517,37	591,27	-	-	-	-	-
Seis anos depois	521,87	533,15	503,31	551,86	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	541,73	561,38	538,02	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	568,70	590,80	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	594,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos depois	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros judiciais acumuladas até 31/12/2019	594,90	590,80	538,02	551,86	591,27	360,30	341,33	325,72	343,22	262,26
Pagamentos já realizados até 31/12/2019	374,87	360,59	297,51	287,45	312,47	239,39	192,40	143,11	93,42	-
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2019	220,03	230,21	240,51	264,41	278,80	120,91	148,93	182,61	249,80	262,26

A evolução de sinistros judiciais representam os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2019, R\$77,6 milhões (R\$78,4 milhões em 2018) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras. 4.3. **Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

continuação

Descrição	2019	2018
Renda fixa pública "risco soberano"	1.341.616	1.525.386
AAA	59.237	60.257
AA+ até AA-	154.526	144.390
Outros	32.725	4.291
Total	1.588.104	1.734.324

4.4.2. Contratos de resseguro: Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoR.

Ramos	2019	2018
Massificados	6.256	11.108
Patrimonial demais ramos	7.232	11.881
Vida em grupo	99	133
Total	13.587	23.122

Classe	Categoria de risco	2019		2018	
		Exposição	%	Exposição	%
Local	Level 1	892	6,57%	2.914	12,60%
Local	Level 2	8.314	61,19%	11.646	50,37%
Local	Level 3	73	0,54%	102	0,44%
Admitida	Level 1	1.261	9,28%	387	1,67%
Admitida	Level 2	2.953	21,73%	7.638	33,03%
Eventual	Level 2	94	0,69%	435	1,88%
Total		13.587	100,00%	23.122	100,00%

Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no período.

Descrição	2019	2018
Patrimônio líquido contábil	6.428.398	5.377.227
Deduções:		
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(4.333.109)	(3.839.618)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(14.672)	(12.303)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido	(179.679)	(114.735)
Ativos intangíveis	(77.945)	(76.363)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(15.061)	(8.864)
Ajustes Econômicos	12.075	17.032
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	1.820.007	1.342.376
Capital base (b)	15.000	15.000
Capital de risco (c)	700.203	705.461
Capital de risco de subscrição (d)	567.153	580.373
Capital de risco operacional (e)	23.965	23.696
Capital de risco de crédito (f)	164.581	145.295
Capital de risco de mercado (g)	37.679	54.055
CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)	700.203	705.461
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h) (*)	1.119.804	636.915
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)	61,53%	47,45%

(*) A suficiência de capital em 31/12/2019, se utilizava a ETTJ apurada pela SUSEP no cálculo do Risco de mercado, seria de R\$1.119.813. Em 31/12/2019, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$263.909 (R\$227.354 em 2018), que correspondem a 37,69% (33,23% em 2018) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP nº 321/2015. **5. Instrumentos financeiros derivativos:** 5.1. **Quadro resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos:** Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. A Companhia faz a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, que têm por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros e de câmbio. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de Referência (nocial)		Valor a rece-ber/ recebido		Valor a pagar / pago	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018

Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais	2023	9.100	6.000	7.426	5.479	-	-	18	1
Moeda estrangeira	2020	54.303	27.150	54.303	27.150	-	-	370	110

5.2. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2019 e 2018, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidos em fundos de investimentos exclusivos são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	2019	
			Valor	Valor
LFT	Setembro/2021	800	8.366	
LFT	Março/2024	5	52	
LFT	Setembro/2024	90	939	
Total		895	9.357	

Ativo	Vencimento	Quantidade	2018	
			Valor	Valor
LFT	Setembro/2021	800	7.887	
LFT	Setembro/2022	47	463	
Total		847	8.350	

LFT: Letras financeiras do tesouro. Não divulgamos análise de sensibilidade para os derivativos da Companhia, uma vez que o montante detido não é significativo dentro da carteira de aplicações financeiras, fazendo com que as variações de tais ativos não produzam impactos relevantes no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

6.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Saldo em 01/01/2018	162.509	1.681.536	7.408	1.851.453			
Aplicações	417.249	1.397.047	-	1.814.296			
Rendimentos resgate	(4.155)	(168.144)	(435)	(172.734)			
Principal resgate	(379.661)	(1.504.939)	-	(1.884.600)			
Resultado financeiro	12.786	108.480	723	121.989			
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	2.445	-	-	2.445			
Ajustes no patrimônio líquido	-	1.475	-	1.475			
Saldo em 31/12/2018	211.173	1.515.455	7.696	1.734.324			

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Saldo em 31/12/2018	211.173	1.515.455	7.696	1.734.324			
Aplicações	673.324	930.112	-	1.603.436			
Rendimentos resgate	(4.825)	(65.211)	(450)	(70.486)			
Principal resgate	(701.400)	(1.090.670)	-	(1.792.070)			
Resultado financeiro	10.681	93.377	739	104.797			
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(2.851)	-	-	(2.851)			
Ajustes no patrimônio líquido	-	10.954	-	10.954			
Saldo em 31/12/2019	186.102	1.394.017	7.985	1.588.104			

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: • A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e • DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01.

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%	2019
Pré-fixado	(27)	(5)	
IPCA	409	61	
Outros	150	321	
Total	532	377	

A análise demonstrada acima reflete que o total da exposição ao risco de crédito com resseguro não sofreu alterações significativas em relação à 31/12/2019. Level 1 refere-se à categoria com o menor grau de risco e Level 5 à categoria com maior grau de risco. **Ressegurador local:** Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão; e **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo à legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2019, adicionalmente aos valores informados na tabela anterior, há R\$54.916 (R\$49.046 em 2018) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme orientação normativa. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defesa contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Em 2018, foi criada a área de Controles Internos com o objetivo de dar suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos

casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago caso a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações às leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do PLA em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2019 e 2018, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores.

6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	176.882	178.485	-	-	-	178.485
Letras financeiras	-	-	176.882	178.485	-	-	115% CDI	178.485
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	1.202.331	1.215.532	7.985	9.214	-	1.223.517
Letras financeiras do tesouro	-	-	976.507	976.566	-	-	-	976.566
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	7.985	9.214	IPCA + 4,17% a.a.	246.951
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	225.824	238.966	-	-	-	-
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	17	-	-	-	17
Valor recuperável	-	-	-	(17)	-	-	-	(17)
Cotas de fundos de investimentos	185.630	186.102	-	-	-	-	-	186.102
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	114.166	114.166	-	-	-	-	-	114.166
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	71.464	71.936	-	-	-	-	-	71.936
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	1.634	1.618	-	-	-	-	106,75% CDI	1.618
Letras financeiras	33.177	33.659	-	-	-	-	105,11% CDI	33.659
Letras financeiras do tesouro	23.323	23.330	-	-	-	-	-	23.330
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA	479	478	-	-	-	-	IPCA + 2,67% a.a.	478
Operações compromissadas	12.887	12.887	-	-	-	-	-	12.887
Outros	(36)	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Subtotal	185.630	186.102	1.379.213	1.394.017	7.985	9.214	-	1.588.104
Percentual total contábil			11,72%	8,778%	0,50%			100,00%
Outras aplicações								2.646
Total								1.590.750
Circulante								1.582.756
Não circulante								794

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	165.475	169.184	-	-	-	169.184
Letras financeiras	-	-	165.475	169.184	-	-	115% CDI	169.184
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	1.346.130	1.346.271	7.696	8.242	-	1.353.967
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.125.267	1.125.393	-	-	-	1.125.393
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	7.696	8.242	IPCA + 4,16% a.a.	228.574
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	220.863	220.878	-	-	-	-
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	15	-	-	-	15
Valor recuperável	-	-	-	(15)	-	-	-	(15)
Cotas de fundos de investimentos	211.134	211.173	-	-	-	-	-	211.173
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	114.194	114.194	-	-	-	-	-	114.194
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	96.940	96.979	-	-	-	-	-	96.979
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	1.640	1.644	-	-	-	-	106,75% CDI	1.644
Letras financeiras	33.803	33.819	-	-	-	-	104,17% CDI	33.819
Letras financeiras do tesouro	52.344	52.358	-	-				

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

7.2. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	269.452	299.961
A vencer entre 31 e 60 dias	182.306	209.488
A vencer entre 61 e 180 dias	433.522	319.585
A vencer entre 181 e 365 dias	97.614	26.215
A vencer acima de 365 dias	-	2
Total	982.895	855.251
Redução ao valor recuperável	(22)	(33)
Total a vencer	982.873	855.218
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	41.245	44.016
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.333	2.722
Vencidos entre 61 e 180 dias	981	1.207
Vencidos entre 181 e 365 dias	446	452
Vencidos acima de 365 dias	6.314	9.373
Total	50.319	57.770
Redução ao valor recuperável	(6.969)	(10.020)
Total vencidos	43.350	47.750
Total prêmios a receber	1.033.214	913.021
Total de redução ao valor recuperável (a)	(6.991)	(10.053)
Total	1.026.223	902.968

(a) A redução ao valor recuperável é determinada com base nos prêmios vencidos e a vencer, considerando a totalidade dos contratos vencidos há mais de 60 dias, líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e, quando aplicáveis, cosseguro e resseguro. A contabilização é feita no balanço patrimonial pelos valores brutos, dando maior transparência para a redução do valor recuperável de cada parte, e na demonstração de resultados pelos valores líquidos, refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. **8. Ativos e passivos de resseguro:**

8.1. Operações com resseguradoras:

Descrição	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	1.135	4.411	2.055	5.435
Adiantamento de sinistro	-	-	-	68
Salvados e ressarcimentos	-	-	722	1.527
Redução ao valor recuperável (a)	(323)	(280)	-	-
Outros	146	223	-	-
Total	958	4.354	2.777	7.030
Circulante	834	4.156	2.777	7.030
Não Circulante	124	198	-	-

(a) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). As operações com resseguradoras estão classificadas, basicamente, no circulante devido às características das operações, liquidadas em até 365 dias. **8.2. Ativos de resseguro e retrocessão:** Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associadas aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2019	2018	2019	2018	
Danos	2.971	3.628	9.621	14.358	17.986
Pessoas	-	-	48	93	48
Total	2.971	3.628	9.669	14.451	18.079
Circulante	1.992	2.967	8.630	12.172	15.139
Não circulante	979	661	1.039	2.279	2.940

8.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:

Descrição	Danos		Total
	2019	2018	
Saldos em 01/01/2018	3.951	3.951	
Emissões/RVNE	7.556	7.556	
Amortizações	(7.879)	(7.879)	
Saldos em 31/12/2018	3.628	3.628	
Circulante	2.967	2.967	
Não circulante	661	661	

Descrição	Danos		Total
	2019	2018	
Saldos em 31/12/2018	3.628	3.628	
Emissões/RVNE	3.775	3.775	
Amortizações	(4.432)	(4.432)	
Saldos em 31/12/2019	2.971	2.971	
Circulante	1.992	1.992	
Não circulante	979	979	

8.2.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:

Descrição	Danos		Pessoas		Total
	2019	2018	2019	2018	
Saldo em 01/01/2018	13.029	70	13.099		
Adições/baixas	999	12	1.011		
Atualização monetária / juros	1.391	11	1.402		
Varição IBNR	(1.061)	-	(1.061)		
Saldo em 31/12/2018	14.358	93	14.451		
Circulante	12.172	12.172	12.172		
Não circulante	2.279	2.279	2.279		

9. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 9.1. Créditos e débitos tributários:

Descrição	2019	2018
Tributos a compensar / recuperar (nota 9.2)	37.130	66.515
Créditos tributários (9.3)	344.604	335.289
Débitos tributários (9.3)	(72.787)	(112.327)
Total	308.947	289.477
Circulante	30.397	59.783
Não circulante	278.550	229.694

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Saldo em		Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em
	01/01/2018	31/12/2018			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	7618	60.894	583	(30.021)	39.074
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	6.538	26.516	463	(6.491)	27.026
Programa de Integração Social - PIS	6	1.644	5.301	(6.946)	5
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	27	-	-	(2)	25
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	268	-	-	-	268
Outros	115	2	-	-	117
Total	14.572	89.056	6.347	(43.460)	66.515
Circulante					59.783
Não circulante					6.732

Salvados:	dez/18												
	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19
Contabilizado	16.676	13.883	9.693	9.443	8.882	9.672	10.884	14.902	13.473	14.166	19.651	22.337	19.553
1 mês	5.949	6.791	6.141	5.033	7.092	7.236	6.649	6.686	3.098	15.475	2.506	4.810	-
2 mês	2.631	2.633	2.551	3.265	2.650	2.844	2.734	894	5.520	527	1.325	-	-
3 mês	1.900	2.000	2.760	1.835	2.083	2.023	541	3.772	361	824	-	-	-
4 mês	1.527	2.299	1.558	1.795	1.570	439	3.243	355	630	-	-	-	-
5 mês	2.159	1.352	1.638	1.442	288	2.757	263	547	-	-	-	-	-
6 mês	1.252	1.581	1.316	276	2.467	247	557	-	-	-	-	-	-
7 mês	1.445	1.198	252	2.180	222	541	-	-	-	-	-	-	-
8 mês	1.097	195	1.769	211	341	-	-	-	-	-	-	-	-
9 mês	165	1.629	209	391	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 mês	1.514	179	341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 mês	158	317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 mês	269	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizado até dez/19	20.066	20.174	18.535	16.428	16.713	16.087	13.987	12.254	9.609	16.826	3.831	4.810	-

(a) A realização dos ativos estimados atuarialmente, relativos aos direitos de salvados e ressarcimentos contabilizados, é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos referidos salvados e ressarcimentos ativados. **11.4. Expectativa de realização de salvados e ressarcimentos:**

Período	Salvados	Ressarcimentos
1º mês	10.593	708
2º mês	2.577	598
3º mês	1.210	472
4º mês	956	289
5º mês	721	197
6º mês	585	151
7º mês	502	98
8º mês	321	89
9º mês	260	57
10º mês	211	63
11º mês	229	80
12º mês	200	34
Entre 12 e 18 meses	783	165
Entre 18 e 24 meses	310	49
Após 24 meses	95	32
Total	19.553	3.082

12. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

Descrição	Nota	2019	2018
Custos de aquisição diferidos			
Seguros		355.791	357.664
Danos	10.1	355.403	357.264
Pessoas	10.2	388	400
Total		355.791	357.664
Circulante		354.445	356.953
Não circulante		1.346	711

12.1. Danos:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro		Total
	Cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2018	321.810	5.732	327.542
Custos de aquisição	744.888	12.027	756.915
Amortização	(665.982)	(11.032)	(677.014)
Cancelamento	(49.711)	(1.651)	(51.362)
RVNE	1.183	-	1.183
Saldo em 31/12/2018	352.188	5.076	357.264
Circulante			356.553
Não circulante			711

12.2. Pessoas:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro		Total
	Cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2018	539	539	
Custos de aquisição	867	867	
Amortização	(996)	(996)	
Cancelamento	(10)	(10)	
Saldo em 31/12/2018	400	400	
Circulante			400

12.3. Pessoas:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro		Total
	Cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2018	539	539	
Custos de aquisição	867	867	
Amortização	(996)	(996)	
Cancelamento	(10)	(10)	
Saldo em 31/12/2018	400	400	
Circulante			400

12.4. Pessoas:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro		Total
	Cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2018	539	539	
Custos de aquisição	867	867	
Amortização	(996)	(996)	
Cancelamento	(10)	(10)	
Saldo em 31/12/2018	400	400	
Circulante			400

12.5. Pessoas:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro		Total
	Cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2018	539	539	
Custos de aquisição	867	867	
Amortização	(996)	(996)	
Cancelamento	(10)	(10)	
Saldo em 31/12/2018	400	400	
Circulante			400

12.6. Pessoas:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro		Total
	Cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2018	539	539	
Custos de aquisição	867	867	
Amortização	(996)	(996)	
Cancelamento	(10)	(10)	
Saldo em 31/12/2018	400	400	
Circulante			400

12.7. Pessoas:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro		Total
	Cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
Saldo em 01/01/2018	539	539	
Custos de aquisição	867	867	
Amortização	(996)	(996)	
Cancelamento	(10)		

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (c) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (d) Valor referente ao seguro saúde e odontológico dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (g) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (h) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matrix e Pinheiros entre companhias do Grupo SulAmérica; (i) Valor referente à contratação de títulos de capitalização, na modalidade incentivo; e (j) Valores referentes a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração, familiares e suas respectivas companhias. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia até 31/12/2019, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2019	2018	2019	2018
Sul América S.A.	-	-	52.521	90.847
Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	31.471	35.286
Sul América Companhia de Seguro Saúde	257.369	-	-	-
Total	257.369	-	83.992	126.133

19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total	
			2019	2018
Contas a pagar				
2019	20.716	5.093	8.354	34.163
2018	19.451	9.605	12.214	41.270
Despesas				
2019	(40.807)	(1.307)	(5.172)	(47.286)
2018	(29.319)	(1.424)	(4.075)	(34.818)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.13). **20. Compromissos e ônus a liquidar:** 20.1. Outros créditos: Em 31/12/2019, o saldo de R\$29.208 (R\$25.486 em 2018) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$27.427 (R\$23.550 em 2018). 20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.2. 20.3. Contratos de aluguel: **Rio de Janeiro.** Em 17/09/2018, a Companhia celebrou novo contrato de locação, do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, com prazo de 10 anos e início de vigência a partir de 18/04/2019. Para o primeiro ano, o aluguel será pago em uma única parcela em 17/04/2020. A partir do segundo ano de vigência do contrato, as parcelas serão pagas mensalmente, sempre no dia 5 do mês subsequente. O contrato é atualizado anualmente pelo Índice Geral de Preço ao Mercado (IGP-M). O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. **São Paulo.** Em 04/07/2013, a CIA. SAÚDE, empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA. SAÚDE se comprometeu a pagar mensalmente o valor original de R\$1.833, reajustada anualmente, em agosto de cada ano, pela variação acumulada do IGP-M, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 12,1% sobre este montante. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2019, corresponde a R\$2.773 (R\$6.714 em 2018). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA. SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. **21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2019 e 2018, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 21.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2019	2018
Fiscais:		
COFINS	153.401	149.341
PIS	202.829	197.275
CSLL	138.284	133.678
IRPJ	1.866	3.915
Outros	29.952	28.389
Previdenciárias:		
INSS	197.703	192.298
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	92.225	104.795
Ações cíveis	70.271	77.629
Total	886.531	887.320
Não circulante	886.531	887.320

Os depósitos judiciais e fiscais são registrados no não circulante, conforme a expectativa de realização. 21.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2018
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	78.907	18.443	(104)	(66.446)	30.800
Honorários	8.102	2.094	-	(6.941)	3.255
Trabalhistas	57.820	14.631	4.196	(12.203)	64.444
Outros	628	930	47	(290)	1.315
Subtotal	145.457	36.098	4.139	(85.880)	99.814
Tributárias: (a)					
PIS	114.391	-	4.593	-	118.984
COFINS	125.093	-	3.795	-	128.888
CSLL	108.503	35	5.063	(291)	113.310
IRPJ	30.507	-	1.097	(31.604)	-
INSS	186.191	-	5.725	-	191.916
Honorários	10.050	2.446	948	(3.862)	9.582
Outros	63	-	4	-	67
Subtotal	574.798	2.481	21.225	(35.757)	562.747
Total	720.255	38.579	25.364	(121.637)	662.561
Circulante					9.850
Não circulante					652.711

Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2019
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	30.800	12.222	2.313	(23.394)	21.941
Honorários	3.255	1.428	-	(2.379)	2.304
Trabalhistas	64.444	2.162	4.274	(18.381)	52.499
Outros	1.315	142	64	(113)	1.408
Subtotal	99.814	15.954	6.651	(44.267)	78.152
Tributárias: (a)					
PIS	118.984	3.897	3.555	(12.629)	113.807
COFINS	128.888	-	3.566	-	132.454
CSLL	113.310	-	4.757	-	118.067
IRPJ	-	-	-	-	-
INSS	191.916	-	5.380	-	197.296
Honorários	9.582	2.356	611	(2.690)	9.859
Outros	67	-	3	(70)	-
Subtotal	562.747	6.253	17.872	(15.389)	571.483
Total	662.561	22.207	24.523	(59.656)	649.635
Circulante					6.345
Não circulante					643.290

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2019 são de R\$374.189 (R\$370.833 em 2018), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 15.1). 21.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2019 e 2018 são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização de apólices de seguros. Em junho de 2018, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmado a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a probabilidade de perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do STF assegurando à SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31/12/2019 não ocorreram alterações no status deste processo. Ressalta-se que com relação aos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994 e 17/1997 ainda não houve decisão. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a contribuição social sobre o lucro líquido passaram a ser inadmissíveis para fins de dedução na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial, da parcela em disputa. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional, em sede de repercussão geral, referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento

legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Nestes termos os valores questionados que estavam depositados judicialmente e provisionados, em sua totalidade, foram integralmente convertidos em renda e baixados no mês de dezembro de 2018. O valor total baixado foi de R\$31.604. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita à majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. A Companhia obteve decisão desfavorável nos autos do processo em que discutia essa matéria e atualmente aguarda a conversão em renda dos valores depositados. 21.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2019 e 2018, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. 21.5. Contingências: Em 31/12/2019 e 2018, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2019	2018
Fiscais	466.856	431.626
Cíveis	70.630	61.557
Trabalhistas	49.282	54.825
Total	586.768	548.008

Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$0 (R\$108.370 em 2018) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$466.856 (R\$324.895 em 2018) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendários 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais e administrativos relativos a discussões sobre PIS e COFINS. 22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2019 e 2018 é de R\$2.612.726, dividido em 241 ações ordinárias e 236 ações preferenciais, totalizando 477 ações, todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2019 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$428.438, sendo: (i) R\$200.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do total da Reserva Legal e parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais, em observância ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976; e (ii) R\$228.438, com a emissão de 10 novas ações ordinárias e 10 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.421.894,57 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2019, sendo: (i) 5 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A.; e (ii) 5 novas ações ordinárias e 10 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas, neste ato, pela acionista Sul América S.A. O referido aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto a SUSEP. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/04/2019 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$149.589, com a emissão de 7 novas ações ordinárias e 6 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.506.837,17 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/03/2019, sendo: (i) 4 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A.; e (ii) 3 novas ações ordinárias e 6 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. O referido aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto a SUSEP. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/09/2019 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$23.999, com a emissão de 1 nova ação ordinária e 1 nova ação preferencial, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.999.585,02 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/08/2019, sendo: (i) 1 nova ação ordinária subscrita e integralizada pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A.; e (ii) 1 nova preferencial subscrita e integralizada pela acionista Sul América S.A. O referido aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto a SUSEP. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2019 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$24.196, com a emissão de 2 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$12.098.238,40 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/11/2019, as novas ações emitidas serão subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. O referido aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto a SUSEP. 22.2. Reserva de capital: Refere-se ao ágio apurado em transações de capital e na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle. 22.3. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 22.4. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. 22.5. Ajuste de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. 22.6. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 25/03/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$85.000, sendo R\$178.197,06 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 28/03/2019, os Acionistas aprovaram na Assembleia Geral Ordinária a distribuição dos dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2018, no montante total de R\$178.406. Em 28/03/2019, os Acionistas aprovaram na Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos complementares, no valor de R\$51.094, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 30/04/2018, 25/09/2018 e 18/12/2018. Em 26/06/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$80.000, sendo R\$156.862,74 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 26/09/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$75.000, sendo R\$147.058,82 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 11/11/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares R\$32.849, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 31/10/2019, sendo R\$64.158,07 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 13/12/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$40.000, sendo R\$78.125,00 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. 22.7. Distribuição de resultado:

Descrição	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	915.134	780.557
(-) Impostos e contribuições	46.361	(3.620)
(-) Participações	(24.181)	(25.756)
Lucro líquido do exercício	937.314	751.181
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(46.866)	(37.559)
Lucro líquido ajustado	890.448	713.622
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	222.612	178.406
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	32.849	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	189.763	178.406
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	48.237	51.094
Bruto	280.000	270.000
Imposto de renda	(42.000)	(40.500)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	577.599	443.622

23. Detalhamento das contas do resultado: 23.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2019			2018		
	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comissio- namento	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comissio- namento
Automóvel - casco	1.935.477	68,30%	20,50%	2.070.483	63,80%	19,90%
Responsabilidade civil facultativa veículos - RCFV	707.485	62,80%	17,60%	621.026	65,00%	17,20%
Assistência e outras coberturas - auto	665.449	44,60%	18,20%	592.334	46,00%	17,70%
Seguro habitacional em apólices de mercado - prestamista	8.753	52,20%	11,80%	13.463	45,70%	11,80%
Seguro habitacional em apólices de mercado - demais coberturas	5.380	15,30%	12,00%	7.923	22,90%	12,10%
Compreensivo empresarial	42.669	24,30%	33,10%	45.036	47,20%	32,70%
Compreensivo condomínio	64.233	54,30%	27,40%	75.502	48,20%	28,00%
Compreensivo residencial	74.578	26,90%	35,90%	66.792	30,00%	34,30%
Acidentes pessoais de passageiros - APP	63.778	3,40%	17,70%	38.133	7,40%	17,30%
Riscos de engenharia	-	0,00%	0,00%	5	0,00%	0,00%
Outros	16.431	45,10%	29,60%	16.755	6,60%	29,80%
Total	3.584.233			3.547.452		

23.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2019	2018
Sinistros	(2.524.823)	(2.401.849)
Salvados e ressarcimentos	379.900	316.005
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	1.985	(1.423)
Total	(2.142.938)	(2.087.267)

23.3. Custos de aquisição:

Descrição	2
-----------	---

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Descrição	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	915.134	915.134	780.557	780.557
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(228.784)	(137.270)	(195.139)	(156.111)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	20%
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (decisão favorável)	(68)	(41)	(4.762)	(3.809)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	(11.704)	(7.022)	(261)	(209)
Despesas não dedutíveis	(777)	(456)	(1.062)	(815)
Provisões indedutíveis	(462)	(277)	(2.625)	(2.100)
Outras adições	-	-	(1.536)	(984)
Subtotal	(13.011)	(7.796)	(10.246)	(7.917)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	204.796	122.877	157.691	126.153
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	3.472	2.083	11.380	9.036
Atualização de depósitos judiciais	3.637	2.182	6.077	4.861
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	5.437	3.262	981	785
Juros sobre capital próprio	14.979	8.987	16.585	13.268
Subtotal	238.248	143.652	192.714	154.103

Descrição	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	-	-	300	311
Redução de incentivos fiscais	473	-	695	-
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	(3.074)	(1.414)	(11.676)	(9.614)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	-	-	(297)	(309)
Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias	4.322	2.604	(3.252)	(6.354)
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	27.452	16.471	15.202	12.680
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	31.774	19.075	11.653	6.017
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social	28.700	17.661	(23)	(3.597)
Alíquota efetiva	-3,14%	-1,93%	0,00%	0,46%
Alíquota efetiva combinada		-5,07%		0,46%

24. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2019		Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	
Base de cálculo	10.954	(6.045)	4.909
Imposto de renda	(2.739)	1.512	(1.227)
Contribuição social	(1.643)	907	(736)
Total	(4.382)	2.419	(1.963)
Líquido	6.572	(3.626)	2.946

Descrição	2018		Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	
Base de cálculo	1.475	(2.080)	(605)
Imposto de renda	(369)	520	151
Contribuição social	(163)	312	149
Total	(532)	832	300
Líquido	943	(1.248)	(305)

25. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 22.1, a Companhia aumentou seu capital social. Do total do aumento, R\$476.106 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização do total da Reserva Legal, parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais e juros sobre capital próprio.

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; Domingos Carelli Netto; e Renato Russo

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidentes:** André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri;

Eduardo Stefanello Dal Ri; Marco Antonio Antunes da Silva; Patrícia Quírico Coimbra; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos.

Diretores(as): Alessandra Maia Marinho Basile; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Fabiane Reschke; Gilson Bockernitsan;

José Carlos dos Santos Vieira; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marcelo Suman Boscharetti; Marco Antonio Neves;

Rafael de Gouveia Ramalho; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; e Solange Zaquem Thompson Motta.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7

Atuária: Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

I. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, até a presente data:

- Monitorou e avaliou as exposições a riscos da Companhia, bem como a qualidade e integridade do seu programa de gestão de riscos operacionais e corporativos, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco esse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente;
- Revisou, previamente à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019,

considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil independente e à auditoria contábil interna, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos executados no curso do exercício de 2019 e concluiu que as auditorias cumpriram de forma eficaz com o escopo dos trabalhos, bem como observaram os dispositivos legais e normativos aplicáveis; • Avaliou e monitorou a eficácia do sistema de controles internos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o referido sistema é eficaz e adequado às necessidades da Companhia, bem como

atende à legislação vigente; e • Reuniu-se com o Presidente da Companhia, com os sócios responsáveis pela empresa de auditoria contábil independente e com o Diretor responsável pela área de auditoria interna, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das suas recomendações pela administração da Companhia. II. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. III. O Comitê verificou o atendimento pela Companhia do disposto no caput do art. 15 da Resolução CNSP nº 168/2007 e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. São Paulo, 19 de fevereiro de 2020. **Renato Russo** - Presidente; **Carlos Infante Santos de Castro** - Membro. **Jorge Augusto Hirs Saab** - Membro.

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Companhia, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Companhia em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos: Correspondência dos Quadros Estatísticos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 20 de fevereiro de 2020. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03 - CIBA 45. Dinarte Ferreira Bonetti - Atuário. MIBA 2.147

Anexo I - Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

	2019	2018
1. Demonstrativo dos limites de retenção		
Ramo 0114	10.000	10.000
Ramo 0116	8.000	8.000
Ramo 0118	4.000	4.000
Ramo 0141	1.976	1.976
Ramo 0167	5.300	5.300
Ramo 0171	500	500
Ramo 0173	756	756
Ramo 0196	4.000	4.000
Ramo 0310	2.000	2.000
Ramo 0313	6.000	6.000
Ramo 0351	2.000	2.000
Ramo 0378	2.000	2.000
Ramo 0520	3.200	3.200
Ramo 0524	2.700	2.700
Ramo 0525	3.200	3.200
Ramo 0531	3.200	3.200
Ramo 0542	3.100	3.100

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5

Deloitte